



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016**

RELATÓRIO

DÉCIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com competência em matéria cível.

JUIZ FEDERAL TITULAR: ALBERTO NOGUEIRA JÚNIOR

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, realizou-se, no período de 29 de fevereiro a 04 de março de 2016, a correição ordinária eletrônica da Décima Vara Federal do Rio de Janeiro (RJ).

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

- Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
- Dar o devido andamento aos processos de verificação obrigatória;
- Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
- Regularizar a situação das petições pendentes de juntada, especialmente a petição de agosto de 2014, referente ao processo nº 00240238420134025101;
- Regularizar a situação dos documentos relativos ao cumprimento de ordem;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Verificar os processos sob sigilo/segredo de justiça, uma vez que foram encontrados, na amostra analisada, processos sem ordem judicial determinando o sigilo;
- Verificar e cobrar a devolução dos processos remetidos aos órgãos externos com prazo de devolução vencido;
- Promover o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro de suspensão do feito, de modo a evitar que o motivo de suspensão seja classificado como 'vazias';
- Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro do movimento de conclusão;
- Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;
- Promover o correto preenchimento de todos os campos no sistema Apolo quando do registro da constrição de bens, efetuando a atualização progressiva dos registros, nos moldes dos artigos 204, 356 e 357, parágrafo único, todos da CNCR;
- Promover o registro dos bens apreendidos/acautelados em processos cíveis no sistema Apolo, observando o preenchimento de todos os campos, conforme dispõe o artigo 203 §§ 1º e 2º, c/c o artigo 242, *caput*, ambos da CNCR. Efetuar o registro das informações de inserção obrigatória, bem como a atualização progressiva dos registros ao longo do tempo, nos moldes dos artigos 204 e 242, § 2º, da mesma Consolidação.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

De acordo com a Portaria PR-RJ nº 248, de 26 de fevereiro de 2016, a Procuradora da República Dra. Ana Cristina Bandeira Lins foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representantes pela Procuradoria Regional da União da Segunda Região, pela Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, tampouco pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da Segunda Região.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 11 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: "No período de dezembro de 2014 a maio de 2015, não havia divisão, haja vista que a Vara contava com apenas um Magistrado. A partir de 1º de junho de 2015, a cada segunda quinzena do mês, os processos de final ímpar deveriam ser da competência da Juíza Federal Substituta, no caso, Dra. Luciana Cunha Villar, quando não estivesse na titularidade de outras Varas, contudo, como a referida Juíza substituta (sic) tem ficado efetivamente poucos dias na Vara em virtude de outras designações, essa divisão não ocorre para não prejudicar o andamento processual, assim, há a flexibilização da divisão par/ímpar, com base na nota explicativa acerca da divisão do acervo, nos casos de designação, datada de 19/05/2015." (questionário pré-correição, item 3.41, à fl. 10).

. Juiz Titular: Alberto Nogueira Júnior, em exercício desde 21 de agosto de 1998 (Ato da Presidência do TRF 2ª Região nº 281 de 13 de agosto de 1998).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ORGANIZAÇÃO**

Total de servidores previstos: 15

Total de servidores lotados: 13

.Analistas Judiciários: 02

.Técnicos Judiciários: 10

.Técnicos Judiciários/Segurança e Transporte: 01

Estagiários: 04

Fonte: questionário pré-correição.

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Junho/2014	Correição Fevereiro/2016
Total	2.137	2.582
Suspensos	401	343
Ag. julgamento recurso	410	470
Tramitação ajustada	1.326	1.769

Fonte: relatório da correição ordinária eletrônica realizada em 2014 e mapas - movimentação processual da 1ª instância/juizado especial federal, constantes do módulo secretaria, no relatório de estatística de processos distribuídos, do sistema Apolo.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016): 6.713.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Período	1º/02/2015 a 31/01/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.436	80,98	19
Decisão	372	5,54	43
Sentença	905	13,48	167
Total Geral	6.713	100,00	40

Fonte: mapa - planilha Apolo excel – intimados, extraído em 25/02/2016.

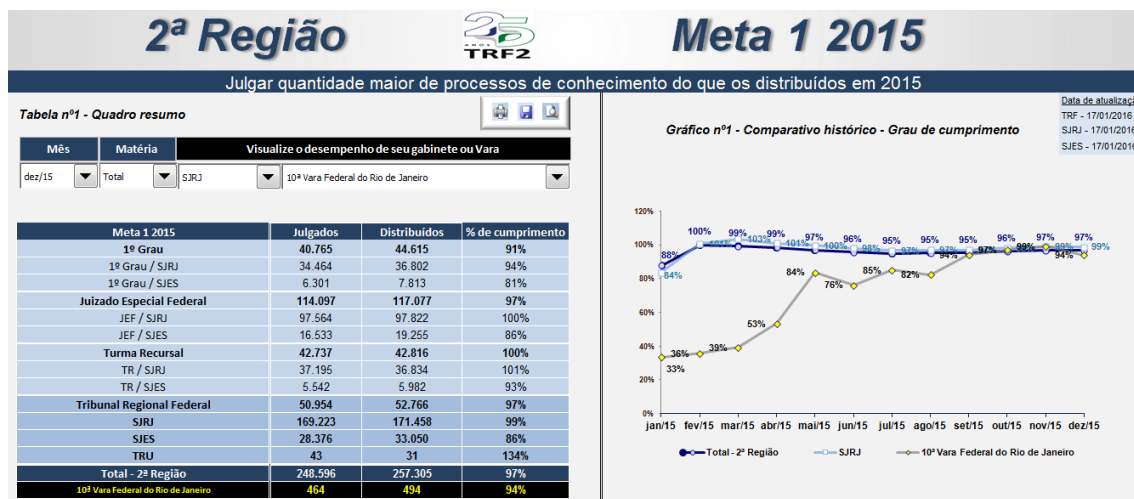
➔ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

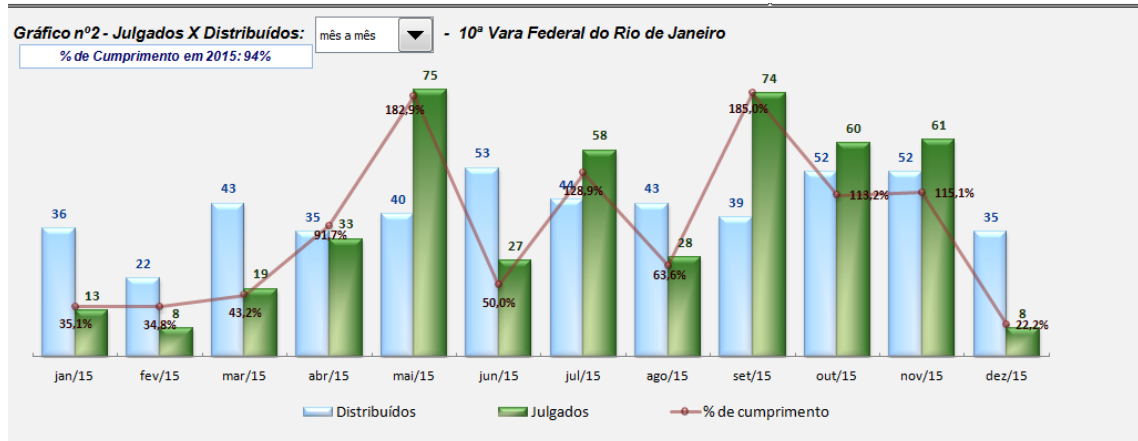
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 94%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 24/02/2016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constan 28 processos pendentes de julgamento:

2ª Região Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				Data de atualização:
Dec-15	100%	SJRJ	10ª Vara Federal do Rio de Janeiro			TRF - 31/12/2015 SJRJ - 31/12/2015 SJES - 31/12/2015

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
Total - 2ª Região	209.710	193.944	8.068	202.012	7.698	96%
10ª Vara Federal do Rio de Janeiro	598	562	8	570	28	95%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **Sem movimentação há mais de 100 dias: 17 processos**

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00043649420104025101 – Autuado em 29/03/2010. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005). Feito convertido em diligência, para que a Secretaria certifique se houve resposta à pesquisa de endereço da ré, em 14/06/2012 (fl. 44). Despacho determinando a citação por edital, em 13/05/2014 (fl. 69). Informação de Secretaria disponibilizando os autos à CEF para cumprimento de despacho anterior, publicado em 16/12/2014. Processo disponível para remessa desde 16/12/2014. **O processo encontra-se parado desde então.**

00042168320104025101 – Autuado em 03/05/2010. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Sentença de improcedência (tipo A), proferida em 10/12/2015 (fls. 504/516). Embargos de declaração opostos pela autora, em 18/01/2016 (fls. 520/521). O processo encontra-se concluso para sentença, desde 19/01/2016, com minuta no sistema.

04900464920104025101 – Autuado em 27/01/2010. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006) ajuizada em face de dez réus. Despacho determinando que a Secretaria certifique se todos os réus foram citados e se apresentaram contestação, em 28/03/2014 (fl. 3652). Certidão esclarecendo que nem todos os réus foram citados, em 09/05/2014 (fls. 3654/3655). Despacho determinando a intimação do MPF para que informe se tem algo a requerer, em 02/09/2014 (fl. 3698). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 26/09/2014.**

00126482820094025101 – processo físico, autuado em 03/06/2009. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Despacho determinando a devolução dos autos à perita judicial para a elaboração de laudo pericial, em 19/05/2014. Despacho determinando a expedição de alvará de levantamento dos honorários advocatícios, em 12/11/2014. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 05/12/2014.**

00107610920094025101 – processo físico, autuado em 14/05/2009. Trata-se de embargos à ação monitória (classe 12007). Despacho chamando o feito à ordem e determinando a intimação do réu, na forma do art. 475-J do CPC, uma vez que o executado não apresentou defesa, mesmo após regularmente citado, estando formado o título extrajudicial, em 05/06/2013. Despacho determinando a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

intimação da CEF, em 15/10/2013. Despacho determinando a conclusão dos autos para decisão, em 05/12/2013. **O processo encontra-se atualmente concluso para decisão, desde 17/12/2013.**

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 11 processos

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

04113687419004025101 – processo físico, autuado em 03/06/1981. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005). Despacho determinando vista às partes sobre o retorno dos autos dos embargos à execução, em 21/05/2015. Despacho determinando a expedição de ofício requisitório, em 16/10/2015. Despacho determinando a remessa dos autos ao contador judicial para atualizar os cálculos, com posterior vista às partes, em 16/11/2015. Cálculos acostados aos autos, em 12/01/2016. Ato ordinatório no sentido de abertura de vista às partes, em 14/01/2016. O processo encontra-se concluso para despacho desde 22/02/2016.

00258524220094025101 – processo físico, autuado em 13/11/2009. Trata-se de ação civil pública (classe 6001). Feito convertido em diligência para que a autora seja intimada pessoalmente para cumprimento de despacho, em 13/10/2015. Feito convertido em diligência para declarar o Juízo Federal incompetente, diante da declaração da União no sentido de que não possui interesse no feito, em 23/02/2016. Último movimento: remetido para a publicação, em 25/02/2016.

00275022720094025101 – processo físico, autuado em 09/12/2009. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003). Feito convertido em diligência em virtude da necessidade de realização de perícia médica, em 07/07/2011. Laudo Pericial, em 25/04/2012. Feito convertido em diligência diante da irregularidade na representação processual do autor, em 13/10/2015. O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 26/02/2016.

00010767520094025101 – processo físico, autuado em 17/02/2009. Trata-se de embargos à ação monitória (classe 12007). Despacho determinando a intimação do devedor, uma vez constituído o título executivo judicial, em 14/05/2010. Decisão determinando a expedição de mandado de penhora e avaliação, em 12/04/2011. Deferida a penhora via BACENJUD, em 04/10/2012. Deferida a restrição junto ao RENAJUD, em 20/06/2014. Último movimento: Informação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

de Secretaria para informar que os autos estão à disposição da CEF, conforme despacho anterior, em 02/02/2016.

00204963220104025101 – Autuado em 18/11/2010. Trata-se ação ordinária/servidores públicos (classe 1003). Despacho determinando a citação da ré por edital, em 29/10/2012 (fl. 218). Feito convertido em diligência para determinar a expedição de novo mandado de citação das litisconsortes, para que seja certificado se a outra ré apresentou contestação, bem como para designar audiência, em 22/07/2014 (fl. 229). Edital de citação das rés, em 04/12/2014 (fl. 248). Audiência realizada em 20/08/2015 (fls. 286/290). Despacho determinando a suspensão do feito por noventa dias, em 02/02/2016 (fl. 305). Último movimento: suspensão por Outros – Fase Conhecimento, em 11/02/2016.

00160707420104025101 – Autuado em 02/09/2010. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006) ajuizada em face de 26 réus. Despacho determinando que a Secretaria certifique se todos os réus foram notificados e se apresentaram resposta, em 21/03/2014 (fl. 1347). Decisão chamando o feito à ordem, determinando diversas diligências, bem como a tramitação do feito em segredo de justiça, em 20/05/2015 (fl. 1377). Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de carta precatória, em 26/02/2016.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 24/02/2016, análise dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 01/03/2016.

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.
Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.**

Não se aplica.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)
Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.**

Situação: Existem **09** processos de improbidade administrativa, sendo 04 com última movimentação com mais de 100 dias e 05 com última movimentação há menos de 100 dias, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região Meta 4 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013

Relatório nº 1 - Quadro resumo

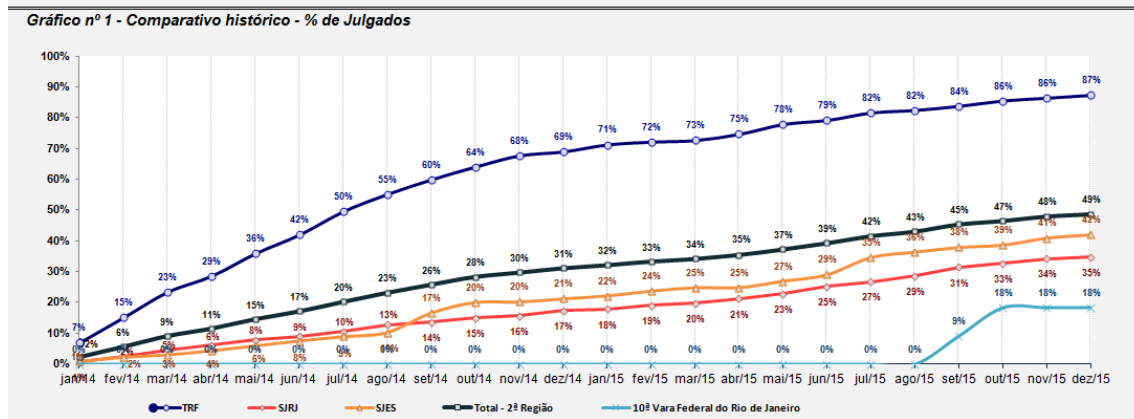
Data: dez/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	221	160	33	193	28	87%	125%
SJRJ	552	94	98	192	360	35%	50%
SJES	131	28	27	55	76	42%	60%
Total - 2ª Região	904	282	158	440	464	49%	70%
10ª Vara Federal do Rio de Janeiro	11	0	2	2	9	18%	26%

Data de atualização: TRF - 17/01/2016, SJRJ - 17/01/2016, SJES - 17/01/2016

Verifique o Acervo Meta4 pendente:

- Acervo pendente TRF
- Acervo pendente SJRJ
- Acervo pendente SJES



➔ Sem movimentação há mais de 100 dias: 04 processos

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00515830719904025101 – processo físico, autuado em 30/11/1990. Trata-se de ação popular (classe 6002). Despacho determinando a citação, conforme requerido pelo MPF às fls. 9295, em 17/06/2014. Despacho determinando a expedição de ofício para comunicar o interesse no cumprimento da carta precatória, entre outras providências, em 30/01/2015. **Juntada de carta precatória, em 27/03/2015. Ato ordinatório de juntada da carta precatória, em 11/02/2016.** Último movimento: disponível para o réu por motivo de resposta, em 11/02/2016.

00075536619994025101 – processo físico, autuado em 24/03/1999. Trata-se de ação ordinária/outras (classe 1005). Despacho determinando a expedição de ofício ao Conselho Regional de Medicina para que indique um médico sanitarista para atuar como perito, em 14/03/2012. Despacho determinando a expedição de ofício para a Sociedade Brasileira de Perícias Médicas, com a mesma finalidade, em 06/12/2012. Despacho determinando a expedição de ofício à FIOCRUZ, para que indique médico sanitarista, em 11/03/2013. Despacho determinando a intimação do perito nomeado para a apresentação do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

laudo pericial, em 07/06/2013. Despacho determinando abertura de vista às partes sobre o laudo pericial, em 18/11/2013. Despacho determinando a conclusão dos autos para sentença, em 10/02/2014. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 20/03/2014.**

04900464920104025101 – processo já analisado na Meta 02.

00433548620124025101 - Autuado em 29/08/2012. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006). Decisão admitindo a ação e determinando a citação do réu, em 22/04/2013 (fl. 3125). Audiência realizada para oitiva de testemunha, em 10/11/2014 (fls. 3580/3581). Audiência realizada para oitiva de testemunha, em 15/12/2014 (fls. 3606/3608). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 16/09/2015.**

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 05 processos

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00160707420104025101 – processo já analisado na Meta 02.

00116692720134025101 - Autuado em 31/08/2013. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006). Decisão determinando a citação dos réus, em 27/06/2014 (fl. 829). Decisão dando provimento aos embargos de declaração para reputar os servidores notificados (e não citados), bem como para receber as contestações como defesas prévias, revendo o despacho de fl. 829 e devolvendo o prazo recursal, em 19/02/2015. Petição juntada em 02/03/2015 (fls. 891/892). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 27/11/2015.**

01288115220134025101 – Autuado em 21/08/2013. Trata-se de ação ordinária/improbidade administrativa (classe 1007). Despacho determinando a manifestação da parte autora sobre a contestação, com posterior manifestação das partes sobre as provas que pretendem produzir, em 28/10/2014 (fl. 1155). Feito convertido em diligência para determinar a remessa dos autos ao MPF, em 04/12/2015 (fl. 1166). Manifestação do MPF, em 13/01/2016 (fls. 1169/1170). O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 15/01/2016.

00109833520134025101 – Autuado em 17/05/2013. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006). Decisão determinando a citação, em 21/01/2014 (fl. 66). Feito convertido em diligência para que seja



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

providenciada a inclusão dos patronos da ré no sistema processual, em 15/12/2015 (fl. 130). Despacho determinando a republicação da sentença de fl. 130, em 01/02/2016 (fl. 133). Último movimento: devolução de remessa, em 29/02/2016.

00118701920134025101 - Autuado em 07/05/2013. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006) ajuizada em face de nove réus. Certidão informando que todos os réus foram notificados, sendo certo que três réus não ofereceram defesa prévia, em 05/05/2014 (fl. 4604/4605). Despacho determinando a citação dos réus, em 22/05/2015 (fl. 4609). Despacho determinando que o MPF se manifeste quanto às certidões negativas, sob pena de extinção do feito em relação ao referidos réus, em 16/12/2015 (fl. 4642). Despacho determinando a renovação da citação dos réus, conforme requerido pelo MPF, em 18/02/2016 (fl. 4643).

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 24/02/2016 e consultas ao Apolo, posição até 01/03/2016.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

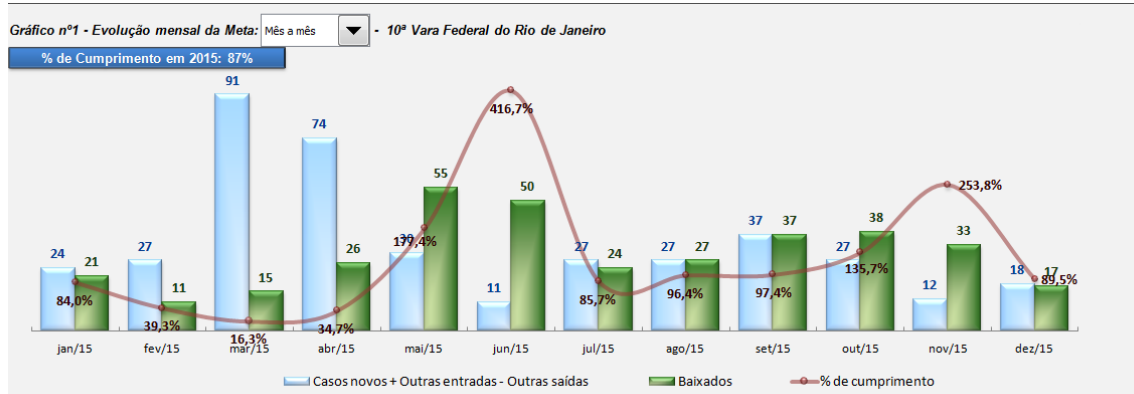
Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 87%**, como ilustra o gráfico a seguir:

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJRJ	26.673	14.495	16.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SJES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	64%
Juizado Especial Federal	11.593	33.159	34.968	1.418	399	10.803	102%
JEF / SJRJ	10.164	27.812	30.146	1.340	382	8.788	105%
JEF / SJES	1.429	5.347	4.822	78	17	2.015	89%
SJRJ	36.837	42.307	45.200	11.853	9.812	35.985	102%
SJES	7.075	11.657	8.997	2.034	1.761	10.008	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.197	13.887	11.573	45.993	96%
10ª Vara Federal do Rio de Janeiro	393	356	354	200	151	444	87%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)
Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 82%**, conforme o gráfico a seguir

2ª Região **Meta 6 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data: Dec-15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Data de atualização: TRF - 17/01/2016 | SJRJ - 17/01/2016 | SJES - 17/01/2016

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	516	291	106	397	119	77%
SJRJ	851	472	105	577	274	68%
SJES	113	55	13	68	45	60%
1º Grau	964	527	118	645	319	67%
Total - 2ª Região	1.480	818	224	1.042	438	70%
10ª Vara Federal do Rio de Janeiro	11	7	2	9	2	82%

Verifique o Acervo Meta6 pendente: TRF, SJRJ, SJES

2ª Região **Meta 6 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Dados referentes ao dia 17/01/2016

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Dezembro | Vara: 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação	Total geral
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias
1990	0	1
2009	1	0
Total geral	1	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados os seguintes processos:

00515830719904025101 – processo já analisado na Meta 04.

00258524220094025101 – processo já analisado na Meta 02.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 24/02/2016 e consultas ao Apolo, posição até 01/03/2016.

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Síntico e Analítico), emitidos em 24/02/2016, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Total: 03

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 03

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0002855-46.2001.4.02.5101 – processo físico, autuado em 19/02/2001. Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros (classe 2002). Informação de Secretaria afirmando que os autos foram desarquivados e se encontram à disposição do interessado para vista no balcão da Vara, pelo prazo de trinta dias, devendo retornar ao arquivo se não houver manifestação, em 14/12/2015. Despacho deferindo a vista requerida pelo impetrante, pelo prazo de cinco dias, em 26/01/2016. Último movimento: remessa dos autos ao autor, em 16/02/2016.

0015869-77.2013.4.02.5101 - Autuado em 01/07/2013. Trata-se de mandado de segurança coletivo/outros (classe 2002). Sentença de procedência (tipo A), proferida em 22/11/2013 (fls. 105/117). Acórdão negando provimento à remessa necessária e à apelação, proferido em 19/11/2015 (fls. 166/169). Certidão de trânsito em julgado, em 27/01/2016 (fl. 172). Despacho determinando a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

intimação do impetrante para informar se tem algo a requerer, com posterior baixa e arquivamento, em caso de inércia, em 22/02/2016 (fl. 274).

0025790-89.2015.4.02.5101 – Autuado em 18/03/2015. Trata-se de mandado de segurança coletivo/tributário (classe 2007). Despacho determinando a notificação da autoridade impetrada, com posterior vista ao MPF, em 01/07/2015 (fl. 175). OBS: **Liminar ainda não apreciada**. Manifestação do MPF, em 27/07/2015 (fls. 267/268). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 28/07/2015.**

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Total: 03
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 03

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:
0051583-07.1990.4.02.5101 – processo já analisado na Meta 04;

0144340-77.2014.4.02.5101 – Autuado em 15/08/2014. Trata-se de ação popular (classe 6002). Despacho determinando a intimação da União sobre a documentação anexada, em 07/07/2015 (fl. 918). Despacho determinando abertura de vista à primeira ré sobre a documentação anexada, com posterior conclusão para sentença, em 08/05/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 09/06/2015.**

0017202-59.2016.4.02.5101 - Autuado em 23/02/2016. Trata-se de ação popular (classe 6002). O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 23/02/2016.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Total: 10
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 02
Em trâmite: 08



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados eletronicamente, por amostragem, os seguintes processos:

0002537-53.2007.4.02.5101 – processo físico, autuado em 15/02/2007. Trata-se de ação civil pública (classe 6001). Despacho determinando a suspensão do feito até decisão final dos recursos especiais interpostos, em 06/06/2013. Despacho determinando a suspensão do feito até decisão final dos recursos interpostos pelas partes, em 18/11/2013. Último movimento: suspensão por aguardando decisão de instância superior, em 19/11/2013.

0007560-04.2012.4.02.5101 – Autuado em 04/06/2012. Trata-se de ação civil pública (classe 6001). Sentença de procedência (tipo A), proferida em 18/11/2015 (fls. 553/557). Apelação do Município, em 07/01/2016 (fls. 563/581). Embargos de declaração do Instituto Chico Mendes, em 07/01/2016 (fl. 582). O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 07/01/2016, com minuta no sistema.

0000960-98.2011.4.02.5101 – Autuado em 01/02/2011. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006). Feito convertido em diligência para que seja republicado o despacho de fls. 1584/1583, em 22/07/2011 (fl. 1633). Sentença de procedência parcial (tipo A), em 12/11/2012 (fls. 1837/1845). Despacho determinando a expedição de ofício à Receita Federal e ao TRE, diante do trânsito em julgado do acórdão que manteve a sentença, em 30/01/2015 (fl. 1983). Despacho determinando a suspensão do processo, a fim de que o MPF obtenha o endereço do réu, em 22/07/2015 (fl. 2018). Réu citado, em 29/01/2016 (fl. 2026). Despacho determinando a expedição de mandado de penhora e avaliação, em 25/02/2016 (fl. 2029).

0003081-94.2014.4.02.5101 - Autuado em 13/03/2014. Trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa (classe 6006). Decisão recebendo a inicial, em 22/05/2015 (fl. 245). Despacho determinando que as partes especifiquem as provas que pretendem produzir, em 16/02/2016 (fl. 290). Autos disponíveis para remessa ao MPF, em 23/02/2016.

0000870-61.2009.4.02.5101 – processo físico, autuado em 14/01/2009. Trata-se de ação civil pública do Código de Defesa do Consumidor (classe 6007). Sentença de improcedência (tipo A), em 30/08/2011. Despacho determinando a intimação do MPF, em virtude do retorno dos autos do TRF, em 01/10/2012. Despacho determinando a intimação da ré para fins do art. 475-J do CPC, em 11/09/2013. O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão, desde 15/01/2016, com minuta no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Total: 03
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 03

Foram analisados os seguintes processos:

0310296-44.1900.4.02.5101 – processo físico, autuado em 13/05/1973. Trata-se de ação de desapropriação (classe 5010). Despacho deferindo a vista à União Federal, em 26/08/2015. Despacho determinando que a União se manifeste quanto à certidão de fl. 682, no prazo de dez dias, em 15/02/2016. Último movimento: remessa dos autos para a Advocacia Geral da União, em 22/02/2016.

0433124-42.1900.4.02.5101 - processo físico, autuado em 27/06/1977. Trata-se de ação de desapropriação (classe 5010). Informação de Secretaria informando que os autos foram desarquivados e se encontram à disposição do interessado para vista, em 29/05/2015. Despacho determinando a expedição de ofício à CEF, com nova vista à parte ré, com posterior rearquivamento dos autos, em caso de não haver manifestação, em 26/11/2015. Ofício expedido em 19/02/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando resposta de ofício, em 22/02/2016.

0608323-78.1900.4.02.5101 - processo físico, autuado em 24/04/1989. Trata-se de ação de desapropriação (classe 5010). Despacho abrindo vista às partes sobre o retorno dos autos, em 04/02/2013. Decisão determinando a expedição de carta de sentença, em 15/04/2013. Despacho determinando que as partes tomem ciência do trânsito em julgado da execução provisória de sentença nº 0016781-74.2013.4.02.5101, em 08/01/2016. Último movimento: remessa dos autos ao autor, em 27/01/2016.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 24/02/2016 e consultas ao Apolo, posição até 01/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **AUDIÊNCIAS (DE 01/02/2015 A 31/01/2016)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 106 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS e 100 AUDIÊNCIAS REALIZADAS, no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015.

Conforme consulta à agenda de audiências do Módulo de Consultas e Relatórios do Sistema Apolo, no período de 01/02/2015 a 31/01/2016, a primeira audiência realizada foi a de 10/03/2015, sendo a última a de 23/11/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e questionário pré-correição (item 3.2).

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)**

INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Não constam locais virtuais para as iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.11):

“Petições Iniciais: diariamente, a Diretora de Secretaria controla a entrada dos processos no BALCÃO DE ENTRADA, pegando as ações livremente distribuídas, encaminhando as que possuem pedido de liminar ou antecipação de tutela para a servidora Margarida do Gabinete e preparando ela própria ou as supervisoras as demais iniciais, anotando as custas recolhidas e lançando no sistema Apolo os despachos e decisões já padronizadas, encaminhando nas demais hipóteses os processos para análise do Magistrado, geralmente com minutas”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11 e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 02/03/2016, às 14:37.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

BALCÃO DE ENTRADA

Foram encontrados 06 documentos, com data de 02/03/2016, referentes aos processos nº:

0047641-92.2012.4.02.5101
0147279-93.2015.4.02.5101
0003141-96.2016.4.02.5101
0503142-24.2016.4.02.5101
0016973-02.2016.4.02.5101
0016973-02.2016.4.02.5101

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 02/03/2016, às 14:40.

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Não constam locais virtuais específicos para a verificação de prevenção.

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.11):

“Prevenção: diariamente, o servidor Reinaldo pega no BALCÃO DE ENTRADA as ações distribuídas por prevenção, expede certidão relativa ao pedido/causa de pedir e lança no sistema Apolo o despacho padrão correspondente”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11 e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 02/03/2016, às 14:41.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR)**

Posição em	25/02/2016
Conclusão até	24/02/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	85	20,09
Decisão	90	21,28
Sentença	248	58,63
Total Geral	423	100,00

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00003043920144025101 – Autuado em 14/01/2014. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Processo convertido em diligência para intimar os réus para manifestação, em 23/05/2014. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 19/05/2015.**

00016294920144025101 – Autuado em 11/02/2014. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Despacho determinando a manifestação da autora sobre a contestação, bem como para que as partes informem se concordam com o julgamento antecipado da lide, em 28/04/2014. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 19/05/2014.**

00019741520144025101 - Autuado em 06/03/2014. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Despacho deferindo o pedido da União, relativo à obtenção do endereço da parte, bem como determinando a suspensão do feito, em 14/07/2014. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 04/02/2015.**

00025553520114025101 - Autuado em 01/03/2011. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Feito convertido em diligência, para que os autos voltem conclusos juntamente com a ação ordinária nº 0114181-54.2014.4.02.5101 (em apenso), em 14/04/2014 (fl. 1031). Despacho determinando que a autora se manifeste sobre a contestação, bem como para que as partes informem se concordam com o julgamento antecipado da lide, em 30/07/2014 (fl. 1036). Despacho tornando sem efeito o despacho anterior, eis



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

que pertence aos autos em apenso, em 07/08/2014 (fl. 1038). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 05/05/2015.**

00042770720114025101 - Autuado em 01/04/2011. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Feito convertido em diligência para que o perito judicial preste esclarecimentos adicionais, conforme requerido pela União, em 23/02/2015 (fl. 236). Esclarecimentos do perito, em 05/05/2015 (fls. 247/250). Ato ordinatório informando que os autos estão disponíveis às partes por dez dias, em 08/05/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 08/06/2015.**

00052294420154025101 – Autuado em 14/01/2015. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Despacho determinando a manifestação da autora sobre a contestação, bem como para que as partes informem se concordam com o julgamento antecipado da lide, em 16/03/2015. Sentença (tipo A), proferida em 25/02/2016 e remetida para publicação em 29/02/2016.

00111421720094025101 – processo físico, autuado em 18/05/2009. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Sentença de improcedência (tipo A), proferida em 14/10/2010. Despacho determinando a intimação por mandado, na forma do art. 475-J do CPC, em 06/05/2015. Petição com cálculos, em 09/06/2015. Despacho determinando que a União comprove a aquisição de capacidade econômico-financeira do autor para responder pelo pagamento dos honorários de sucumbência, em 16/10/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 24/11/2015, com minuta no sistema**

00121800620054025101 - processo físico, autuado em 22/06/2005. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Despacho determinando que as partes se manifestem sobre o retorno dos autos, em 08/08/2013. Despacho determinando que as partes se manifestem sobre a peça apresentada pelo Contador Judicial, em 03/04/2014. Despacho determinando a expedição de ofício, em 26/05/2014. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 03/02/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	25/02/2016
Último Movimento até	24/02/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	65	29,82
Mais de 60	153	70,18
Total Geral	218	100,00

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

Entre 31 e 60 dias:

00476055020124025101 – Autuado em 19/11/2012. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003), com segredo de justiça no sistema, conforme Termo de Autuação (em 19/11/2012). Sentença (tipo A), em 13/10/2015. Último movimento: movimentação cartorária do tipo juntada de mandado, em 17/12/2015. **O feito encontra-se parado desde então.**

00189736819994025101 – processo físico, autuado em 06/08/1999. Trata-se de ação ordinária/imóveis (classe 1004). Despacho determinando a suspensão do feito e da ação cautelar em apenso, a fim de aguardar decisão em sede de recurso especial, em 12/03/2012. Último movimento: reativação de suspensão, em 14/07/2015. **O feito encontra-se parado desde então.**

00216207519954025101 – processo físico, autuado em 05/10/1995. Trata-se de ação ordinária/imóveis (classe 1004). Despacho determinando a expedição de ofício à CEF, com posterior rearquivamento dos autos, em 20/10/2015. Último movimento: intimação de despacho, em 26/10/2015. **O feito encontra-se parado desde então.**

01244497020144025101 - Autuado em 19/05/2014. Trata-se de ação ordinária/imóveis (classe 1004). Despacho indeferindo o pedido de antecipação de tutela e deferindo a gratuidade de justiça, bem como determinando a citação, em 19/05/2014. **Últimos movimentos de devolução de remessa e de**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

expedição de certidão, em 09/06/2014. O feito encontra-se parado desde então.

Menos de 60 dias:

00468537320154025101 – Autuado em 11/05/2015. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003). Despacho determinando a manifestação da autora sobre a contestação, bem como para que as partes informem se concordam com o julgamento antecipado da lide, em 15/07/2015 (fl. 47). Despacho determinando a intimação do órgão para que junte a documentação necessária, em 10/09/2015 (fl. 61). Despacho determinando a reiteração do ofício, em 11/12/2015 (fl. 66). Informação de secretaria informando que os autos estão à disposição da parte autora e da AGU, em 29/02/2016 (fl. 93).

00605416419994025101 – processo físico, autuado em 18/11/1999. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003). Processo suspenso, na forma do art. 739-A do CPC, em 10/01/2013. Despacho determinando a remessa dos autos ao Contador Judicial, entre outras providências, em 23/09/2015. Cálculos do Contador, em 22/10/2015. Ato ordinatório colocando os autos à disposição da parte autora, em 21/01/2016.

01440263420144025101 - Autuado em 14/08/2014. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003). Decisão indeferindo pedido de antecipação de tutela, em 03/09/2014 (fl. 182). Sentença de procedência (tipo B2), em 02/09/2015 (fls. 235/241). Decisão negando provimento aos embargos de declaração e admitindo a apelação, em 03/12/2015 (fl. 265). Contrarrazões, juntadas em 19/01/2016. Este é o último movimento. **O feito encontra-se parado desde então.**

07047868219004025101 – processo físico, autuado em 14/03/1985. Trata-se de ação ordinária/servidores públicos (classe 1003). Despacho determinando a expedição de alvarás, em 19/11/2015. Ato ordinatório informando que o alvará de levantamento encontra-se disponível para impressão pelo seu beneficiário, em 25/02/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS) (Arts. 180 e 318 da CNCR).

Aguardando juntada em 03/03/2016, constam 12 documentos, **sendo o mais antigo de agosto de 2014, referente ao processo nº 00240238420134025101.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 03/03/2016.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Foi encontrado o seguinte local virtual para controle de prazo:

- PRAZO: constam 197 documentos, sendo o mais antigo de 03/12/2015, relativo ao processo nº 0033677-95.2013.4.02.5101.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 03/03/2016, às 13:29.

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais virtuais relativos ao cumprimento de ordens, entre outros:

- AG. RETORNO MANDADO/OFICIO EM MS: constam 05 documentos, sendo o mais antigo de 26/02/2016, relativo ao processo nº 0017080-46.2016.4.02.5101.

-AG. CITAÇÃO/INTIMAÇÃO VIRTUAL: **constam 21 documentos, sendo o mais antigo de 02/09/2015, relativo ao processo nº 0017452-05.2010.4.02.5101;**

- AG. CONFIRMAÇÃO DE ALVARÁ: constam 18 documentos, **sendo o mais antigo de 13/08/2014, relativo ao processo nº 0015576-50.1989.4.02.5101;**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- PARA ENVIAR OFÍCIO REQUISITÓRIO: constam 02 documentos, datados de 16/02/2016, relativos aos processos nº 0031762-40.2015.4.02.5101 e 0048215-18.2012.4.02.5101;

- AG. RETIRADA DE ALVARÁ: **constam 04 documentos, sendo o mais antigo de 18/08/2014, relativo ao processo nº 0021327-27.2003.4.02.5101.**

Fonte: Verificação de scaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 03/03/2016, às 13:31.

**1. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	24/02/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	4
Sistema	11
Documento	0
Total Geral	15

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00090436920124025101 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo no sistema e de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 29/06/2012).

00459686420124025101 – Regular a informação no sistema Apolo (sigilo absoluto e de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 11/05/2015).

00476055020124025101 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo no sistema), conforme Termo de Retificação da Autuação (em 22/11/2012), **sem que tenha sido localizada, s.m.j, a respectiva ordem judicial.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00193098620104025101 - Irregular a informação no sistema Apolo (sigilo no sistema e de peças), tendo em vista que a ordem judicial determinou tão somente o sigilo de peças (em 18/11/2013).

00019955920124025101 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo no sistema), conforme Termo de Autuação (em 10/02/2012), **sem que tenha sido localizada, s.m.j, a respectiva ordem judicial.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 03/03/2016.

2. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	02/2015 a 01/2016
	Processos	6.239
	Boletins	1.263
	Média (Proc. / Bol.)	4,94
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,11

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 24/02/2016.

PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **93** processos com prazo vencido, sendo os mais antigos os seguintes:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0031769-38.1992.4.02.5101	Autor	22/06/1994	27/06/1994	7920
0057296-55.1993.4.02.5101	Autor	24/06/1994	01/07/1994	7916
0020575-07.1993.4.02.5101	Autor	06/10/1994	11/10/1994	7814
0025097-43.1994.4.02.5101	Autor	07/02/1995	13/02/1995	7689
0044423-86.1994.4.02.5101	Autor	17/02/1995	24/02/1995	7678



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 03/03/2016, vencidos e não devolvidos até 02/03/2016.

SUSPENSÃO DE PROCESSOS
(artigos 228, 267 e 269 da CNCR e Lei nº 9.099/95)

-Total de processos suspensos: 916.

1. Classe execução fiscal

1.1. Total: 00.

2. Outras classes

2.1. Total: 916.

2.2. Motivo da suspensão:

- Aguarda decisão de instância superior: 293
- Cumprimento precatório/RPV: 102
- Embargos à execução: 207
- Outras suspensões/processo de conhecimento: 88
- Outras suspensões/processo de execução: 16
- Outros/fase de conhecimento: 25
- Outros/fase/processo de execução: 61
- Parcelamento: 01
- Recurso repetitivo: 07
- Repercussão geral: 103
- Suspenso - cumprimento precatório: 02
- Suspenso - aguardando julgamento de recurso: 05

-Vazias: 06

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

-00155874420104025101 - registro do movimento de suspensão em 30 de novembro de 2010 - decisão suspendendo a execução à fl. 149.

-00080428320114025101 - registro do movimento de suspensão em 17 de agosto de 2011 - decisão suspendendo a execução à fl. 364.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

-00150216120114025101 - registro do movimento de suspensão em 11 de novembro de 2011 - decisão suspendendo a execução à fl. 53.

-00020267920124025101 - registro do movimento de suspensão em 30 de maio de 2012 - decisão suspendendo a execução à fl. 314.

-00096473020124025101 - registro do movimento de suspensão em 14 de agosto de 2012 - decisão suspendendo a execução à fl. 154.

Foram analisados os seguintes processos, cujo motivo de suspensão foi classificado como 'vazias':

-01005686019974025101 - registro do movimento de suspensão em 08 de novembro de 2006 (processos sem peças digitalizadas).

-00101480919974025101 - registro do movimento de suspensão em 11 de setembro de 2007 (processos sem peças digitalizadas).

-00177873420044025101 - registro do movimento de suspensão em 26 de outubro de 2007 (processos sem peças digitalizadas).

-00191793820064025101 - registro do movimento de suspensão em 26 de outubro de 2007 (processos sem peças digitalizadas).

-00103859620044025101 - registro do movimento de suspensão em 18 de junho de 2008 (processos sem peças digitalizadas).

-00185939820064025101 - registro do movimento de suspensão em 25 de setembro de 2008 (processos sem peças digitalizadas).

Fonte: mapa - planilha Apolo Excel – suspensos e consulta ao sistema Apolo – módulo secretaria

SENTENÇAS

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 905.

a. Convertidas em diligência: 111



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b. Embargos de declaração: 29

c. Extinção da punibilidade: 01

d. Com resolução de mérito: 456

Extinta a execução ou o cumprimento de sentença: 12

Conciliação/transação homologada: 22

Extinção da execução: 63

Pedido improcedente: 144

Pedido procedente: 119

Pedido procedente em parte: 63

Reconhecida prescrição/decadência: 11

Renúncia ao direito em que se funda a ação: 02

Pedido procedente com tutela deferida: 23

Pedido procedente com tutela deferida parcialmente: 01

Pedido procedente em parte com tutela deferida: 07

e. Sem resolução de mérito: 197

f. Vazias: 111

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, cujas sentenças estavam classificadas como 'vazias' na planilha Apolo excel-intimados:

01423014420134025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 15 de setembro de 2015.

00036145320144025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 26 de maio de 2015.

01380539820144025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 03 de novembro de 2015.

00647822220154025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 21 de setembro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00489219820124025101 - campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 1º de fevereiro de 2016.

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução CJF nº 535/2006 e dos artigos 219 a 221 da CNCR (Provimento nº 11/2011).

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

1.Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

.Regulares:

0046752-41.2012.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 08 de março de 2013) e no corpo da sentença (fl. 627).

0184751-65.2014.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 25 de março de 2015) e no corpo da sentença (fl. 59).

0004730-31.2013.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 08 de outubro de 2013) e no corpo da sentença (fl. 07).

0002954-64.2011.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 04 de setembro de 2013) e no corpo da sentença (fl. 8.791).

0044017-35.2012.4.02.5101 - tipo A registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 10 de setembro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 278).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.Sentenças tipo B-1 (homologatória de acordo):

.Regulares:

0144019-42.2014.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 21 de agosto de 2015) e no corpo da sentença (fl. 133).

0035193-82.2015.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 05 de junho de 2015) e no corpo da sentença (fl. 77).

0052923-83.1990.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 10 de fevereiro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 79).

0052845-49.2014.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 11 de junho de 2015) e no corpo da sentença (fl. 62).

0053221-35.2014.4.02.5101 - tipo B-1 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 10 de junho de 2015) e no corpo da sentença (fl. 56).

3.Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

.Regulares:

0085103-78.2015.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 14 de outubro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 176).

0125005-72.2014.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 23 de junho de 2015) e no corpo da sentença (fl. 149).

0044520-22.2013.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 16 de junho de 2014) e no corpo da sentença (fl. 217).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0040261-18.2012.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 17 de novembro de 2014) e no corpo da sentença (fl. 07).

0011035-36.2010.4.02.5101 - tipo B-2 registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 18 de junho de 2013) e no corpo da sentença (fl. 473).

4.Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

.Regulares:

0115002-24.2015.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 08 de outubro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 51).

0014693-29.2014.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 17 de março de 2015) e no corpo da sentença (fl. 42).

0023626-25.2013.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 1º de julho de 2015) e no corpo da sentença (fl. 80).

0024583-55.2015.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 24 de agosto de 2015) e no corpo da sentença (fl. 20).

0501223-34.2015.4.02.5101 - tipo C registrado no sistema Apolo (movimento 'conclusão para sentença' em 12 de fevereiro de 2015) e no corpo da sentença (fl. 26).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, “A conclusão para sentença se faz ao término da fase instrutória e são julgados referencialmente, pela ordem cronológica ou pela urgência do objeto.” (item 3.3.2, à fl. 11).

LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Conforme detalhado no item 3.3.4 do questionário pré-correição: “Os processos conclusos para sentença passam por uma breve triagem e são alocados em pastas por ano, data de conclusão e assunto (no caso dos virtuais) e no caso dos físicos, seguem o mesmo padrão, contudo, ficam alocados em armários. Os processos tipo B2 (os com assuntos repetidos) e os tipo C (extinção), devem sair dentro do mês em curso ao da conclusão para sentença. Os processos das metas fixadas pelo CNJ e os processos com prioridade legal de tramitação, tem preferência na prolação de sentença. O controle do prazo para prolação das sentenças é feito através de relatório extraído do Apolo (estatística de processos conclusos para sentença), a cada primeiro dia útil do mês e com base nele, são proferidas as sentenças. ” (fl. 12).

Fonte: questionário pré-correição.

→ EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Em trâmite
Processos	Com sentença	Natureza executória	402
	Com registro de sentença antiga		7
		Total	409

Fonte: portal de estatísticas da 2ª Região – acervo SJRJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015):
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 202
- b. Eletrônicos: 136
- c. Total de requisições: 338
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 2.686 dias.

- RPV's: 230

- . Cadastrados: 16
- . Conferidos: 21
- . Enviados: 193

- Precatórios (Parcela única): 108

- . Cadastrados: 12
- . Enviados: 96

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 24/02/2016.

GRANDES DÉBITOS
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Não se aplica.

Fonte: questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

O órgão correicionado informa que, de janeiro a outubro de 2015, foram comandados 60 bloqueios, por número de protocolizações. No mesmo período, foram comandadas 28 requisições de informações, também por número de protocolizações.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **LEILÕES**

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Não se aplica.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

Total de constrições registradas: 58.

O relatório ‘consulta de bens penhorados’, extraído do sistema Apolo, exhibe algumas inconsistências, indicando que deve ser buscado o aprimoramento do registro das constrições, como demonstra a análise, por amostragem, dos seguintes processos:

-0000539-40.2013.4.02.5101

.carta precatória.

.sistema Apolo: campos ‘Executado’ e ‘Exeqüente’ preenchidos com “*ELETOBRÁS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A*” (os exeqüentes são Lelis Alberto de Moura Nobre e outro, conforme termo de autuação de fl. 22) – campo ‘Tipo do Bem’ preenchido com “*Bem Semovente*” (o correto é ‘móvel’, a teor da finalidade da carta precatória de fl. 01) – campo ‘Valor do Débito’ preenchido com “*R\$ 51.689.219,34*” (o correto é ‘R\$ 51.689.291,34’, conforme fl. 05).

.andamento processual: auto de penhora, avaliação, depósito e intimação lavrado em 04 de março de 2013, à fl. 30.

.última movimentação processual registrada no sistema Apolo em 05 de abril de 2013, descrita como: “*Remessa, Carga para Juízo Deprecante*”.

OBS.: Observar a divergência entre a data de lavratura do auto de penhora e depósito (04 de março de 2013) e a data aposta na certidão de intimação da penhora (04 de fevereiro de 2013), à fl. 30.

-0012867-07.2010.4.02.5101

.execução hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

.sistema Apolo: campo ‘Tipo do Bem’ preenchido com “*Apartamento*” (o mais adequado é ‘imóvel’) – campo ‘Exeqüente’ não preenchido (o exeqüente é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

‘Caixa Econômica Federal – CEF’, conforme fl. 02) – campo ‘Local’ não preenchido (‘Estrada de Jacarepaguá, nº 3.145, bloco nº 09, apto. 409 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro’, à fl. 50).

.andamento processual: processo ajuizado originalmente na 40ª Vara Cível do Rio de Janeiro, por Delfin Rio S.A. Crédito Imobiliário – declínio de competência para a Justiça Federal em 2010 – auto de penhora e depósito lavrado em 22 de setembro de 1998 (fl. 50) - laudo de avaliação de 27 de maio de 2013 (fl. 58) – sentença proferida em 26 de agosto de 2014, extinguindo o processo com resolução do mérito, em face do acordo administrativo celebrado entre as partes (fls. 84/88).

.última movimentação processual registrada no sistema Apolo em 1º de julho de 2015, descrita como: “*Remessa Interna – Local: Arquivo Geral -Rio de Janeiro*”.

-0013784-89.2011.4.02.5101

.execução por título executivo extrajudicial.

.sistema Apolo: campos ‘Executado’ e ‘Exeqüente’ preenchidos com “*ROKELANE PITA ARGOLO*” (o exeqüente é ‘Fundação Habitacional do Exército – FHE’) – campo ‘Tipo do Bem’ preenchido com “*Automóvel*” (o mais adequado é ‘móvel’) – campo ‘Valor do Bem’ não preenchido (o bem foi avaliado em ‘R\$ 9.000,00’, conforme laudo de fl. 88).

.andamento processual: auto de penhora e depósito lavrado em 12 de julho de 2013 (fl. 68) – intimação da penhora efetuada em 30 de outubro de 2013 (fl. 85) - laudo de avaliação lavrado em 30 de outubro de 2013 (fl. 88).

.última movimentação processual registrada no sistema Apolo em 16 de fevereiro de 2016, descrita como: “*Movimentação Cartorária tipo Aguardando atendimento*”.

-0032126-80.2013.4.02.5101

.carta precatória.

.sistema Apolo: campos ‘Executado’ e ‘Exeqüente’ preenchidos com “*SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO-SESEF*” (o exeqüente é ‘Laborequipe Comércio e Representações Ltda.’, conforme termo de autuação de fls. 05) – campo ‘Local’ não preenchido (‘Av. Francisco Bicalho, s/nº, 4º andar, Santo Cristo, Rio de Janeiro’, à fl. 12) – campo ‘Quantidade de Bens diferentes’ preenchido com “*1*” (foram penhorados 06 bens diferentes, conforme fl. 12).

.andamento processual: auto de penhora, avaliação e depósito lavrado em 24 de janeiro de 2014 (fl. 12).

.última movimentação processual registrada no sistema Apolo em 28 de março de 2014, descrita como: “*Juntada*”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

OBS.: Foram penhorados 07 (sete) bens móveis, sendo 06 (seis) distintos entre si. Para melhor visualização e compreensão do relatório 'consulta de bens penhorados', recomenda-se que cada item constricto seja registrado em um seqüencial distinto.

-0044744-91.2012.4.02.5101

.carta precatória.

.sistema Apolo: campos 'Executado' e 'Exeqüente' preenchidos com "ELETROBRÁS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A" (o exeqüente é 'Darci Duarte da Silva', conforme termo de autuação de fl. 44) - campo 'Tipo do Bem' preenchido com "Bem Semovente" (o correto é 'móvel', a teor da finalidade da carta precatória de fl. 01) – campo 'Valor do Bem' não preenchido (o correto é 'R\$ 3.269.930,30', conforme fl. 53).

.andamento processual: auto de penhora e depósito lavrado em 05 de dezembro de 2012 (fl. 53) – intimação da penhora em 06 de dezembro de 2012 (fl. 53).

.última movimentação processual registrada no sistema Apolo em 18 de dezembro de 2012, descrita como: "Juntada".

OBS.: Observar a divergência entre a data de lavratura do auto de penhora e depósito (05 de dezembro de 2012) e a data aposta na certidão de intimação da penhora (06 de dezembro de 2012), à fl. 53.

Fonte: questionário pré-correição, item 3.4.2.g e sistema Apolo – módulo secretaria – consultas - bens penhorados (24 de fevereiro de 2016).
--

➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Total de itens acautelados/apreendidos – registros ativos: 36.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

-01149887420144025101

.ação ordinária.

.partes: Mayara Lista Alcântara x Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

.a autora requer, em síntese, que lhe seja assegurado o direito de continuar participando do processo seletivo relativo à Chamada Pública nº 170/2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Programa Ciência sem Fronteiras), e subsidiariamente, que seja indenizada a título de danos morais e materiais.

.material apreendido/acautelado: mídia digital.

.sistema Apolo: registro efetuado.

.andamento processual: requerimento da autora para o acautelamento da mídia digital à fl. 298 – decisão deferindo o requerido e determinando o acautelamento à fl. 299 – certificado o acautelamento à fl. 311.

OBS.: Não foi localizado o termo de acautelamento, conforme prescreve o artigo 203, *caput*, da CNCR.

-01282924320144025101

.ação ordinária.

.partes: MRS Logística S.A. x Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

.a parte autora requer, em síntese, que seja declarada a nulidade das notificações de infração nº 24, 25, 26, 27 e 28/COFER/URSP/2013 e, subsidiariamente, que as multas sejam reduzidas ou convertidas em investimentos.

.material apreendido/acautelado: carta de fiança bancária.

.sistema Apolo: registro efetuado.

.andamento processual: certificado o acautelamento da carta de fiança à fl. 839.

OBS.: Não foi localizada a decisão judicial determinando o acautelamento da carta de fiança, tampouco o termo de acautelamento, conforme prescreve o artigo 203, *caput*, da CNCR.

-00188050720154025101

.ação ordinária.

.partes: Helena Morone Rivello x Luciarina Cardoso de Sousa.

.a autora requer, em síntese, que seja declarada a falsidade da escritura de união estável celebrada entre Miguel Morone e a parte ré.

.material apreendido/acautelado: documentos originais.

.sistema Apolo: registro efetuado.

.andamento processual: decisão determinando o acautelamento dos documentos à fl. 118.

OBS.: Não foi localizado o termo de acautelamento, conforme prescreve o artigo 203, *caput*, da CNCR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

-00103083820144025101

.mandado de segurança.

.partes: Carmo Indústria e Comércio S.A. x Superintendente da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

.a impetrante requer, em síntese, a declaração de nulidade do ato que decretou a liquidação extrajudicial da Federal Seguros S.A.

.material apreendido/acautelado: mídias digitais.

.sistema Apolo: registro efetuado.

.andamento processual: certificada a retirada e a devolução dos CD's acautelados às fls. 196 e 198.

OBS.: Não foi localizada a decisão judicial determinando o acautelamento dos CD's, tampouco o termo de acautelamento, conforme prescreve o artigo 203, *caput*, da CNCR.

-00737755420154025101

.ação ordinária.

.partes: Brigadeiro S.A. Participações x União e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

.a parte autora requer, em síntese, a nulidade do processo administrativo sancionador nº 06/2004, ou, subsidiariamente, para que sejam reduzidas as multas aplicadas para um valor não superior ao limite do artigo 11º, §1º, inciso I, da Lei nº 6.385/76.

.material apreendido/acautelado: mídia digital.

.sistema Apolo: não foi registrado qual material foi acautelado.

.andamento processual: certificado o acautelamento de um DVD contendo a íntegra do PAS nº 06/2004 (11 de setembro de 2015 - fl. 873)

OBS.: Não foi localizada a decisão judicial determinando o acautelamento do DVD, tampouco o termo de acautelamento, conforme prescreve o artigo 203, *caput*, da CNCR.

Fonte: sistema Apolo - módulo consultas e relatórios - relatório de material apreendido/acautelado (extraído em 12, 21, 26 e 27 de janeiro de 2016), análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, consultas ao sistema Apolo e ao SNBA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, "*Foram examinados e não foi encontrada nenhuma irregularidade nos livros e pastas obrigatórios, previstos no art. 148 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª. Região:*

- *livro de ponto dos Servidores*
- *livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do Juízo*
- *livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio*
- *livro de entrega de autos às partes sem traslado*
- *livro de carga ao Ministério Público*
- *livro de reclamações*
- *pastas de atos do plantão*" (item 5, às fls. 20/21).

Fonte: questionário pré-correição.

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e as instalações do juízo correicionado no questionário pré-correição (item 4).

O relatório de inspeção anual de 2015 menciona que: "*O mobiliário e os equipamentos estão em bom estado de conservação, sendo que os mesmos foram devidamente conferidos durante procedimento próprio de verificação de inventário. O material de combate a incêndio foi inspecionado e verificou-se que encontram-se em bom estado e dentro da validade*".

Fonte: Questionário pré-correição e relatório de inspeção anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08630), item 14, às fls. 06/07.

METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição (item 6.2, à fl. 26 e e-mail enviado em 1º de março de 2016), o órgão correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

.Em três meses: proferir sentenças com data de conclusão entre os anos de 2013 a 2014;

.Em seis meses: proferir sentenças com data de conclusão de 2015;

.Em um ano: proferir sentenças com data de conclusão de 2016.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Ana Beatriz Fonseca de Mello - matrícula nº 15.658
Taissa Souza Medeiros – matrícula nº 15.567